

## Sociedade



IGREJA CATÓLICA

Papa critica a 'teoria de gênero'

Para Francisco, ideia quer acabar com as diferenças: [oglobo.com.br/sociedade](http://oglobo.com.br/sociedade)

# SEM UNIÃO

## Bolsonaro retira governadores da Amazônia de conselho sobre região



**Devastação da floresta.** Brigadistas do Prevfogo, programa do Ibama de combate às queimadas, atuam contra incêndio em Rondônia, um dos estados que compõem o grupo da Amazônia Legal

DANIEL GULLINO, GUSTAVO MAIA E RENATO GRANDELLE  
 sociedade@oglobo.com.br  
 BRASIL/REUTERS

O presidente Jair Bolsonaro excluiu os governadores dos nove estados da Amazônia Legal da composição do Conselho Nacional da Amazônia Legal, órgão que estava vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e que agora passa para a alçada da Vice-Presidência. O decreto que sacramentou a mudança foi assinado ontem.

Durante a assinatura, em evento no Palácio do Planalto, Bolsonaro afirmou ter esperança de que o governo irá dar "a devida resposta" aos que criticam a proteção da floresta. O presidente fez re-

ferência ao presidente da França, Emmanuel Macron, que no ano passado defendeu uma discussão sobre a "internacionalização" da Amazônia, em meio ao aumento de queimadas na floresta.

Ao assinar o decreto, Bolsonaro voltou a criticar a demarcação de terras indígenas, que chamou de "indústria".

— Hoje temos Roraima tomada e existe (demarcação) no Brasil todo. Deixo bem claro que ninguém é contra dar a devida proteção e terra aos nossos irmãos índios, mas, da forma como foi feita, e hoje em dia reflete 14% do território demarcado como terra indígena, é um tanto quanto abusivo. O meio ambiente foi um dos principais focos de des-

### OPINIÃO DO GLOBO

#### REVERSÃO

A CRIAÇÃO do Conselho da Amazônia Legal, sob a coordenação do vice-presidente, Hamilton Mourão, estimulou a esperança de que os erros cometidos pelo governo Bolsonaro na condução de políticas para a região

poderão ser corrigidos.

MAS A exclusão dos governadores da região do Conselho acabou com o otimismo. O que pode ser revertido pelo próprio presidente: com outro decreto.

gastado primeiro ano de Bolsonaro, quando o desmatamento da floresta teve crescimento recorde de 29,5% em relação ao ano anterior.

Para o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), o

governo perdeu a oportunidade de "ouvir a sociedade".

— O conselho restrito ao âmbito do governo federal é ilegítimo, um direito do governo. No entanto, ao se fechar, perde a oportunidade de ouvir a soci-

idade, os estados e liderar um processo que seria muito mais rico se fosse participativo. De nossa parte, estamos à disposição para o diálogo e construção do desenvolvimento econômico com a floresta em pé.

No ano passado, o consórcio formado pelos estados que compõem a região protestou contra a decisão de Bolsonaro de desativar o Fundo Amazônia. O grupo iniciou negociações diretamente com Noruega e Alemanha, maiores financiadoras do programa.

#### ATRIBUIÇÕES

Hamilton Mourão vai capitanear o órgão, formado por titulares de 14 ministérios.

— Esse conselho foi criado primeiramente em 1995, no

governo do presidente Fernando Henrique, não avançou, então agora compete a mim fazer que isso funcione.

A exclusão dos assentos estaduais contraria o discurso do próprio vice-presidente, que cumprimentou os governadores da região, presentes na cerimônia, e afirmou que quer interlocução com estados e municípios, além de representantes da sociedade civil.

— Precisamos e queremos ouvir estados, municípios, academia, empresariado e entidades dedicadas ao bem comum em nossa sociedade.

O grupo terá encontros trimestrais, ou em caráter extraordinário, se convocado por Mourão. Antes, a comissão só se reunia a mando do presidente. O decreto lista ainda 13 competências do grupo, entre elas: coordenar e integrar as ações governamentais relacionadas à região; propor políticas e iniciativas relacionadas à preservação, à proteção e ao desenvolvimento sustentável da floresta; opinar sobre propostas de atos normativos e coordenar a comunicação de ações e resultados.

Segundo Mourão, a comunicação é importante porque, de acordo com ele, o governo perdeu a "guerra da informação" no ano passado, quando foi muito criticado pelo aumento no desmatamento da Amazônia:

— A criação do conselho é para que a gente consiga ter um comando, um controle dessas atividades, que haja comunicação entre os diferentes órgãos governamentais, todos falando a mesma linguagem, que nós tenhamos uma inteligência direcionada para o que acontece na região amazônica.

#### 'CONTRAPRODUCENTE'

Adriana Ramos, sócia da ONG Instituto Socioambiental, avalia que a exclusão de representantes estaduais é mais uma prova de que o governo federal não pretende tomar medidas concretas contra o desmatamento.

— Na prática, o governo federal não tem muito poder, ele sempre depende dos estados para que qualquer projeto seja implementado — destaca. — Concentrar o poder de decisão na União sem envolver os governadores é contraproducente. Não haverá espaço para articulações que poderiam dar mais eficiência aos trabalhos. Mourão reconhece que o esforço é conjunto, mas deixa o governo fechado.

## Maia costura apoio a projetos ambientais na Câmara

Deputado tenta se descolar de Bolsonaro e quer aumentar penas para crimes de desmatamento ilegal e queimadas

BRUNO GÓES E RENATO GRANDELLE  
 sociedade@oglobo.com.br  
 BRASIL/REUTERS

Enquanto o governo federal recusa o Conselho da Amazônia para reagir à reprovação internacional ao avanço do desmatamento, a Câmara dos Deputados enfileira projetos relacionados à área ambiental para levá-los à votação nas próximas semanas. O presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pretende mostrar o resultado das pautas, entre elas o endurecimento da pena para queimadas e o desmatamento ilegal navista que fará ao Parlamento Europeu ainda neste semestre Especialistas, no entanto, são céticos em re-

lação ao pragmatismo do Legislativo.

Desde o ano passado, Maia se esforça para manter diálogo com organismos internacionais ignorados pelo governo Bolsonaro. O presidente da Câmara entende que é preciso ocupar o espaço deixado pelo Executivo.

Entre os textos a serem votados está um projeto que fixa penas de dois a sete anos de reclusão contra o desmatamento ilegal. O projeto foi negociado entre as bancadas ruralista e ambientalista.

— O Congresso quer exercer um papel moderador, mas isso é difícil porque deputados e senadores, em sua

maioria, são favoráveis às piores propostas ambientais que vêm do Planalto — diz Carlos Rittel, secretário executivo do Observatório do Clima. — Se quiser deixar uma impressão positiva entre os europeus, o Congresso deve garantir que o Brasil tomará medidas como cumprir suas metas do Acordo de Paris, combater o desmatamento ilegal e defender os direitos dos povos indígenas.

Para Lúiza Lima, engenheira florestal e membro da campanha de políticas públicas do Greenpeace, parte da bancada ruralista "segue com uma visão do passado, pressionando pe-

los seus próprios negócios". — Os ruralistas não têm uma visão real sobre a importância das pautas ambientais. E agora não é um momento político favorável para aprovar propostas que representem retrocessos para o meio ambiente.

#### AGRO DIVIDIDO

Na semana passada, Maia divulgou nas redes sociais uma montagem para defender a pauta ambiental. Nela, há seguinte mensagem: "Parlamento quer lei mais rígida para combater queimadas". Presidente da Frente Ambiental na Câmara, Rodrigo Agostinho (PSB-

SP) diz que há empenho por parte dos deputados para reformar a legislação e, assim, punir com mais rigor o desmatamento.

— Esse é um projeto que tem algumas redações diferentes. No ano passado, parte do agronegócio, principalmente o exportador, defendeu a votação da proposta justamente porque está sofrendo retaliações externas. Mas há um setor do agro, principalmente a Confederação Nacional da Agricultura, que tem se mostrado contrário à matéria. Então, conseguimos acordo com parte do setor. Mas estamos ne-

gociando para colocar em pauta — diz Agostinho.

Já o presidente da bancada ruralista na Câmara, Alceu Moreira (MDB-RS), diz que há "acordo total" para colocar o projeto em votação. Ele ressalta a necessidade de normatização dos diferentes tipos de desmatamento.

— Há o desmatamento ilegal, que é feito de maneira criminosa. Por outro lado, há o desmatamento irregular, quando o proprietário tem o direito de desmatar uma parcela do terreno, resolveu desmatar, mas não recebeu licença do órgão licenciador. E há também o desmatamento regularizado. A gente só tem que ter cuidado para não punir pelo crime de desmatamento ilegal essas outras formas de desmatamento — diz Alceu Moreira.